



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS Ex-ajudante de ordens diz que Bolsonaro leu a minuta do golpe e pediu alterações no documento, mantendo trecho que ordenava a detenção do ministro do Supremo. Ele também implica o general Braga Netto

Cid para Moraes: “Só o senhor ficaria preso”

» LUANA PATRIOLINO
» MAIARA MARINHO

Delator da investigação sobre a tentativa de golpe de Estado, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, confirmou, ontem, que presenciou o planejamento da trama criminosa para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. No plenário da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), o militar disse que estava nas reuniões para discutir o tema, mas negou participação no plano. As respostas reafirmaram o envolvimento ativo do ex-chefe do Planalto como o líder da organização criminosa — conforme consta na denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Cid confirmou que Bolsonaro leu e pediu alterações na chamada **minuta golpista**, com medidas extremas para anular o resultado das eleições presidenciais de 2022. Segundo o ex-ajudante de ordens, o então presidente pediu a retirada do trecho que previa a prisão de várias autoridades, mas manteve a do ministro Alexandre de Moraes, que presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à época.

“O documento mencionava vários ministros do STF, o presidente do Senado, o presidente da Câmara... eram várias autoridades, tanto do Judiciário quanto do Legislativo”, relatou Cid. De acordo com ele, Bolsonaro “enxugou o conteúdo”. “O presidente recebeu e leu. Ele, de certa forma, enxugou o documento, basicamente retirando as autoridades das prisões. Somente o senhor (Moraes) ficaria como preso. O resto, não”, sustentou Cid diretamente ao relator.

O ex-braço direito de Bolsonaro disse que o documento era composto por duas partes. A primeira listava possíveis interferências do STF e do TSE no governo bolsonarista e no processo eleitoral. A segunda trazia uma fundamentação jurídica com propostas como

Ton Molina



Cid na sessão com Bolsonaro: tenente-coronel foi o primeiro réu do “núcleo crucial” do plano de golpe de Estado a ser interrogado no STF

Assessor da Presidência

Essa minuta com propostas golpistas teria sido levada a Bolsonaro pelo ex-assessor da Presidência Filipe Martins, segundo o tenente-coronel. “Eu não estava na sala no momento em que foram feitas as alterações”, frisou.

estado de defesa, estado de sítio, prisão de autoridades, criação de um conselho eleitoral e um comitê de crise para refazer as eleições.

A minuta foi encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres — também réu na

ação penal —, dois dias após os atos golpistas de 8 de janeiro, em Brasília. A intenção era reverter o resultado da eleição que definiu Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente da República.

Segundo o delator, Bolsonaro estava focado em encontrar fraude nas urnas eletrônicas para justificar uma intervenção militar, para convencer os comandantes das Forças Armadas a aderirem ao plano de reverter o resultado das eleições.

Por esse motivo, o ex-chefe do Executivo pressionava o general Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa, por um relatório duro indicando as possibilidades de fraude nas eleições.

“A grande expectativa era que

fosse encontrada uma fraude nas urnas. Com a fraude na urna, poderia convencer os militares, dizendo que a eleição foi fraudada e, talvez, a situação mudasse”, declarou.

Em 2022, Nogueira enviou ao TSE um parecer técnico dizendo que não era possível afirmar que o sistema eletrônico era 100% confiável. Os militares faziam parte da comissão de transparência criada pela própria Corte para fiscalizar o pleito.

O militar também confirmou ter recebido dinheiro de Braga Netto e entregou o montante — que disse não saber o valor — para o major Rafael Martins de Oliveira, outro réu no STF.

“O general Braga Netto trouxe



O presidente recebeu e leu. Ele, de certa forma, enxugou o documento, basicamente retirando as autoridades das prisões. Somente o senhor (Moraes) ficaria como preso. O resto, não”

Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência

uma quantia em dinheiro que eu não sei precisar quanto foi. Recebi e no mesmo dia passei para o major De Oliveira.” Ele ressaltou que o general sabia do plano do Punhal Verde e Amarelo, para prisão e execução de autoridades, entre as quais, Lula, Moraes e o vice Geraldo Alckmin.

Ao confirmar a participação do ex-comandante da Marinha Almir Garnier como incentivador da tentativa de golpe de Estado, Cid classificou o almirante como um dos “mais radicais” entre os chefes das Forças. Segundo ele, o militar teria colocado as tropas “à disposição” de Bolsonaro para a tomada do poder.

Na oitiva de ontem, o deputado federal Alexandre Ramagem, ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), também foi interrogado. Ele negou ter participado de tentativa de golpe de Estado e o uso político do órgão para beneficiar Bolsonaro. O parlamentar admitiu no STF que não há provas contra as urnas eletrônicas.

O interrogatório será retomado hoje, com mais cinco réus: Almir Garnier Santos, Anderson Torres, o general Augusto Heleno, Bolsonaro, Paulo Sérgio Nogueira e Braga Netto.

No intervalo do interrogatório, Bolsonaro minimizou as declarações de Cid. O ex-ajudante de ordens chamou de “bravatas” e de “conversas de bar” algumas das hipóteses levantadas pela investigação.

Questionado por jornalistas sobre o assunto, Bolsonaro minimizou. “O que é bravata? Cascata. E, portanto, bravata é como se diz no quartel: você sai de uma educação física, tem 20 minutos de futebol. Na cantina você resolve os problemas do mundo. Cada um fala uma coisa e resolve o problema do mundo”, disse.

Ele negou as declarações sobre a minuta golpista e disse não haver motivos para condená-lo. “Não tem por que me condenar, eu estou com a consciência tranquila”, frisou.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Mauro Cid confirma as acusações de sua delação contra Bolsonaro

Quem esperava um ambiente tenso e cheia de surpresas na primeira sessão de tomada de depoimentos dos acusados de tentativa de golpe de Estado, na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), ficou decepcionado. O que houve ontem foi uma oitiva em que o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, durante os interrogatórios, deixou muito à vontade o tenente-coronel Mauro Cid, delator do caso, e os advogados de defesa dos réus que também os inquiriram.

O clima era de muita cordialidade, a ponto de o ex-presidente Jair Bolsonaro, o principal acusado, apertar a mão de seu ex-ajudante de ordens e principal acusador, Mauro Cid, que também bateu continência para os generais Paulo Sérgio, ex-ministro da Defesa, e Augusto Heleno, ex-chefe do

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, seus superiores hierárquicos. Entretanto, Cid confirmou que Bolsonaro recebeu, leu e sugeriu alterações na chamada minuta do golpe, que previa medidas autoritárias para reverter o resultado das eleições de 2022.

Segundo ele, Bolsonaro solicitou, entre outros pontos, a retirada do trecho que previa a prisão de outras autoridades, mas não a de Moraes, que presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na época da eleição. “Em termos de data, não me lembro bem. Foram duas, no máximo três reuniões em que esse documento foi apresentado ao presidente”, afirmou Cid.

“A primeira parte eram os ‘considerandos’, cerca de 10 páginas, muito robustas. Essa parte listava possíveis interferências do STF e do TSE no governo

Bolsonaro e no processo eleitoral”, explicou. A segunda parte trazia uma fundamentação jurídica com propostas como estado de defesa, estado de sítio, prisão de autoridades e a criação de um conselho eleitoral para refazer as eleições. A minuta foi encontrada pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, durante operação autorizada pelo próprio Moraes.

“Só o senhor continuaria preso”, disse Cid ao ser inquirido por Moraes. “O documento mencionava vários ministros do STF, o presidente do Senado, o presidente da Câmara... eram várias autoridades, tanto do Judiciário quanto do Legislativo”, relatou. “O presidente recebeu e leu. Ele, de certa forma, enxugou o documento, basicamente retirando as autoridades das prisões. Somente o senhor

(Moraes) ficaria como preso. O resto, não”, completou Cid.

Moraes questionou o militar sobre informações de que teria sido alvo de monitoramento ilegal. O tenente-coronel confirmou que havia verificações de movimentação de autoridades a pedido de Bolsonaro, feitas por meio informal, com consultas à Força Aérea ou a ministros. Ele relatou que, em dezembro de 2021, houve um monitoramento solicitado pelo major Rafael de Oliveira e, posteriormente, outro pedido feito por Marcelo Câmara, ex-assessor especial de Bolsonaro e militar do Exército.

Braga Netto

Cid foi sereno durante o depoimento, porém respondeu perguntas com ambiguidade em alguns casos, com propósito de relativizar a participação dos generais Paulo Sérgio e Augusto Heleno. Mas não sofreu pressões de Moraes por causa disso. Não negou informações que já constavam de sua delação. Cid afirmou que o ex-presidente pressionou

o então ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira para que o relatório das Forças Armadas sobre o sistema eleitoral fosse “duro” contra as urnas eletrônicas.

Segundo o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, após as eleições, o ministro chegou a marcar uma reunião com o TSE para entregar o documento, mas desmarcou o compromisso por pressão de Bolsonaro. O relatório final das Forças Armadas, entregue dias depois, não apontou fraudes, mas também não descartou completamente falhas, o que, segundo a PGR, serviu como parte de uma estratégia para desacreditar o processo eleitoral.

Cid declarou que Bolsonaro foi pressionado para decretar estado de sítio: “Tinha-se uma pressão grande se os generais que estavam, se o general Freire Gomes não fosse fazer nada, uma das alternativas seria trocar os comandantes para que o próximo comandante do Exército assinasse ou tomasse uma medida mais dura e radical. Isso estava dentro daquele contexto de pressionar o presidente a assinar um decreto”, disse.

O general Walter Braga Netto, ex-ministro e candidato a vice na chapa de Bolsonaro, fazia parte de um grupo que tentava pressionar Bolsonaro a agir contra o resultado das eleições e atuava como elo entre o ex-presidente e os acampamentos em frente a quartéis-generais pelo país. Segundo Cid, o general também lhe entregou uma caixa de vinho com dinheiro, que ele repassou ao major Rafael de Oliveira, um dos militares investigados por integrar um grupo radical conhecido como “kids pretos”.

Disse não saber o valor dentro da embalagem, mas confirmou que o repasse foi feito no Palácio da Alvorada. O major Rafael é apontado como um dos participantes do suposto plano chamado “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato de autoridades como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e Moraes, caso o golpe de Estado fosse consumado. Cid, porém, disse que só tomou conhecimento do plano pela imprensa, após a prisão dos envolvidos.